

## TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROFLORESTAL EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE AÇAILÂNDIA, MARANHÃO, BRASIL

Diego Armando De Sousa Paz <sup>1</sup>  
Ergson de Sousa Moraes <sup>2</sup>  
Allison Bezerra Oliveira <sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo principal da pesquisa é compreender o processo de territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra em municípios produtores de eucalipto na Região Geográfica Imediata de Açailândia. Metodologicamente, a pesquisa foi estruturada em duas etapas. A primeira etapa envolveu a busca por fundamentação teórica e dados secundários para a sistematização de gráficos. Para isso, foram utilizadas como fontes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e dados do Mapbiomas. A segunda etapa abrangeu o trabalho de campo, no qual foram visitadas fazendas de eucalipto e as comunidades próximas a essas fazendas. Os dados foram coletados por meio de acervo fotográfico. Os resultados implicam que, nas últimas décadas, foi constatada a influência direta do avanço do capital agroflorestal, fomentado pelo capital financeiro, com participação direta do Estado, na territorialização do eucalipto na Região Geográfica Imediata de Açailândia. Nesse sentido, essa territorialização, para atender as necessidades do capital agroflorestal, tem provocado uma intensa reestruturação produtiva. Em consonância a esse processo, têm ocorrido transformações significativas no uso da terra na região, sobretudo com a redução das áreas destinadas às produções tradicionais da região.

**Palavras-chave:** Capital Agroflorestal, Eucalipto, Região Geográfica Imediata de Açailândia.

### ABSTRACT

The main objective of the research is to understand the process of territorialization of agroforestry capital on land use in eucalyptus producing municipalities in the Immediate Geographic Region of Açailândia. Methodologically, the research was structured in two stages. The first stage involved the search for theoretical foundation and secondary data for the systematization of graphs. For this, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Brazilian Tree Industry (IBÁ) and data from Mapbiomas were used as sources. The second stage covered the field work, in which eucalyptus farms were visited and the communities near these farms. The data were collected through photographic collection. The results imply that, in the last decades, it was verified the direct influence of the advance of the agroforestry capital, fomented by the financial capital, with direct participation of the State, in the territorialization of the eucalyptus in the Immediate Geographic Region of Açailândia. In this sense, this territorialization, to meet the needs of agroforestry capital, has caused an intense productive restructuring. In line with this process, there have been significant transformations in land use in the region, especially with the reduction of areas destined to traditional production in the region.

**Keywords:** Capital Agroforestry, Eucalyptus, Immediate Geographic Region of Açailândia.

<sup>1</sup> Mestrando de Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual do Maranhão (PPGeo/UEMA) - MA, [d.armando147@gmail.com](mailto:d.armando147@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual do Maranhão (PPGeo/UEMA) - MA, [ergsonmoraes@gmail.com](mailto:ergsonmoraes@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador Allison Bezerra Oliveira: Doutorado, Univerdidade Federal de Pernambuco - PE, [allisonbzzr@gmail.com](mailto:allisonbzzr@gmail.com).

As áreas de fronteira agrícola, no Brasil, têm representado historicamente o desbravamento e a incorporação de novas terras ao setor agrícola de variadas maneiras e desenvolvendo atividades também distintas. Desse modo, que a partir da década de 1970, a fronteira, aliada ao capital financeiro e através de incentivos estatais, se expande adentrando pelo Estado do Paraná com base em culturas eminentemente comerciais, como algodão, café, grãos etc., como também se movimentando, posteriormente, para o Norte, Centro-Oeste e Nordeste (Sicsú; Lima, 2000).

Dentro das estratégias de financeirização por parte do capital financeiro destaca-se a entrada de grandes empresas voltadas ao agronegócio na Bolsa de Valores, uma estrutura sólida do sistema de créditos agrícolas, a formação de grandes oligopólios e holdings, a introdução e intensificação de investidores físicos e institucionais que passaram a adquirir e controlar direta ou indiretamente grandes extensões de terra. Desse modo, através dessas estratégias/instrumentos de financeirização que a terra enquanto meio de subsistência transforma-se agora em ativo financeiro dentro do processo de acumulação do capital (Harvey, 2013).

Nesse contexto, decorrente dessa atuação estatal associada ao processo de financeirização no setor agrícola, emerge uma nova fronteira agrícola conhecida como MATOPIBA, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No Maranhão, essa expansão teve início na década de 1970 e ganhou maior impulso nas décadas subsequentes, com especial ênfase na produção de soja na região sul do estado e também no cultivo de eucalipto na região sudoeste (Oliveira; Paz; Pereira, 2021).

Desse modo, é em consonância ao avanço dessa nova fronteira agrícola, que há a introdução da monocultura do eucalipto no Maranhão, que está diretamente vinculada ao Projeto Grande Carajás (PGC) implantado no estado do Pará, na década de 1980, pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (Oliveira, Paz, Silveira, 2020). Dentro desse contexto, o principal objetivo da pesquisa é compreender o processo de territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra em municípios produtores de eucalipto na Região Geográfica Imediata de Açailândia.

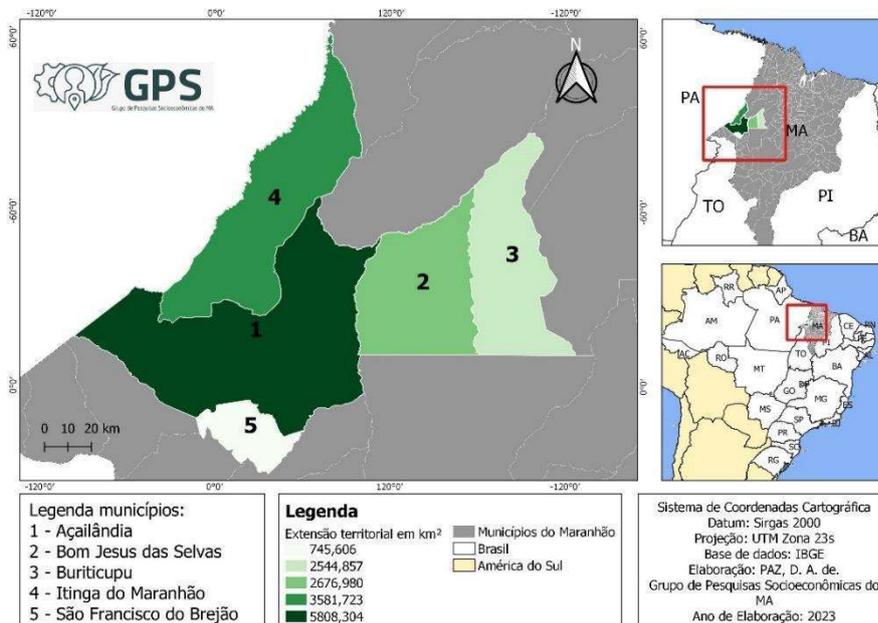
Além desta introdução, metodologia e das considerações finais, o artigo é estruturado da seguinte maneira: a primeira seção, trata das reestruturações globais na cadeia produtiva de celulose; a segunda aborda o capital agroflorestal e o setor de celulose no Brasil e no Maranhão;

... e por fim, na última seção destaca-se territorialização do capital agroflorestal na Região Geográfica Imediata de Açailândia.

## METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, empregou-se como recorte espacial de pesquisa, a Região Geográfica Imediata de Açailândia (RGIA) (Figura 1). A RGIA, além de fazer parte de uma das 22 Regiões Geográficas Imediatas do estado do Maranhão, também está incluída em uma das 4 Regiões Geográficas Intermediárias de Imperatriz. Dessa forma, essa região é composta por 5 municípios, com destaque para Açailândia, que é o município de maior influência. Os outros 4 municípios são: Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão (IBGE, 2017). Tal região é de suma importância por ser uma das principais produtoras de eucalipto no estado do Maranhão e também por ter sido uma das primeiras regiões a se envolver na produção de eucalipto no estado.

**Figura 1** – Região Geográfica Imediata de Açailândia (Recorte espacial de pesquisa)



Fonte: Autores (2023).

Dessa forma, a pesquisa foi estruturada em duas etapas. A primeira etapa envolveu a busca por fundamentação teórica e dados secundários, visando à sistematização de gráficos. Para isso, foram utilizadas como fontes Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) com a série histórica das extensões de terras, medidas em hectares, dedicadas ao cultivo de eucalipto no



estado do Maranhão; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a série histórica do avanço das áreas de eucalipto dentro dos municípios da RGIA em hectares e de áreas designados para o cultivo das principais atividades agrícolas, nos municípios da Região Geográfica Imediata de Açailândia, em hectares (arroz, feijão, mandioca e milho); bem como dados do Mapbiomas referente áreas destinadas a pastagem, nos municípios da RGIA, em hectares. A segunda etapa abrangeu o trabalho de campo, no qual foram realizadas visitas a algumas fazendas de eucalipto da região. Os dados foram coletados através de registro fotográfico.

## **REESTRUTURAÇÕES GLOBAIS NA CADEIA PRODUTIVA DE PAPEL E CELULOSE**

A financeirização do setor de papel e celulose, impulsionada especialmente a partir da década de 1990 com a influência do capital financeiro e reestruturação produtiva em resposta à crise de sobreacumulação, provocou um processo de desindustrialização nas principais indústrias de papel e celulose no mundo. Para compreender essa transição e a desindustrialização do setor, é fundamental analisar o modelo fordista de produção e sua evolução em direção ao Toyotismo e ao regime de acumulação flexível (Harvey, 2005; Oliveira; Silva, 2020).

O modelo de produção industrial fordista tinha como base o modelo de produção em massa de produtos homogêneos, ou seja, era baseado em um sistema das linhas de produção, o que possibilitava uma divisão de funções do trabalho, com o propósito de otimização da produção. Acerca dessa divisão do trabalho, Harvey (2008) enfatiza que o modelo de produção fordista racionalizou velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, fazendo o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, obtendo, assim, grandes ganhos de produtividade.

Também para Harvey (2008), o que havia de especial no fordismo, e que o diferenciava do taylorismo, foi sua concepção de que, havendo uma produção em massa, concomitantemente haveria um consumo em massa. Possibilitava-se, assim, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, com uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, ou seja, o modelo industrial de produção fordista não contemplou somente um novo modo de organização racional do trabalho e da produção, porém também a constituição de um novo modo de vida.



Para Harvey (2008), como esse modelo de produção industrial capitalista alienou o trabalhador, motivando-o a adequar-se ao novo ritmo de trabalho e sua extrema racionalização. Para Antunes (2015), com esse processo de produção a partir da divisão do trabalho sobre um processo de esteira rolante, houve uma grande intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho, ou seja, esse processo veio a deixar o trabalhador cada vez mais mecanizado.

Com a crise de 1929, houve um acelerado processo de desemprego em massa, assim como diminuição forçada dos salários dos trabalhadores. A partir desse contexto, o modelo de produção industrial em voga teve que contar com o apoio da intervenção estatal e com políticas keynesianas. Harvey (2008) relata que foi necessário o New Deal de Roosevelt para salvar o capitalismo e restabelecer o processo produtivo industrial, que havia sido prejudicado pela crise.

Já no pós-guerra, aliado ao processo de intervenção estatal baseado em uma economia de bem-estar social, para que a economia capitalista e seu modelo de produção industrial voltasse a crescer, houve também outros fatores que influenciaram, de acordo com Harvey (2008), tal como a suburbanização e desconcentração da população e da indústria, o que veio a ser tornar um dos principais fatores de incentivo à demanda efetiva pelos produtos industriais, ao longo período de expansão do pós-guerra, a partir de 1945. Assim, o crescimento econômico retoma no pós-guerra, vinculado a uma série de intervenções estatais e aumento de indústrias de ponta.

Entretanto, de acordo com Ribeiro (2015), apesar de o período pós-guerra ter culminado em uma fase determinada por um contínuo crescimento dos ganhos de produtividade (o famoso período de ouro), no final dos anos 1960 e início de 1970, esse crescimento de produtividade, produzido pelo fordismo, é sucedido por um período de queda. Harvey (2008) afirma que, com essa queda da produtividade e dos lucros corporativos, dentro desse período, marca-se o início de um problema fiscal, nos EUA, que culminou em uma acelerada inflação.

Além disso, o que ocorre no fim dos anos 1960 é uma saturação do mercado de bens duráveis, o que leva a uma taxa decrescente de consumo desses bens. Isso tem um impacto profundo sobre os níveis de lucro e produtividade das empresas. Por outro lado, a saturação do mercado, em termos de bens duráveis, faz com que a demanda se torne mais heterogênea, diferenciada e caprichosa, o que não convinha a um aparelho produtivo que requer uma demanda uniforme e contínua (Harvey, 2008). Além desses fatores, há, na década de 1970, o choque do petróleo, que também influenciou sobremaneira o processo inflacionário e a crise do fordismo.

Segundo Harvey (2005), o capitalismo tende a produzir determinadas barreiras, dentro do seu processo de crescimento, manifestando crises que são endêmicas desse modo de produção. A partir disso, o modelo de produção fordista, com sua lógica de produção em massa e estoques, não se sustentou por muito tempo, levando ao encarecimento da produção, estoques cheios e padronizados e saturação do mercado no consumo de bens duráveis. Desse modo, a crise fordista desse período demandou uma reestruturação produtiva que culminou em um novo processo de acumulação do capital, além da flexibilização/precarização do trabalho e da organização do trabalho.

A partir desse contexto, de acordo com Antunes (2002), o modelo de produção fordista/taylorista foi substituído pelo modelo de produção industrial mais flexibilizada e desregulamentada, com destaque para a acumulação flexível e o modelo japonês ou Toyotismo, em grande medida vinculado ao processo de (des)regulação neoliberal. Desse modo, o capital começa a se reorganizar e se reestruturar a fim de retomar o crescimento e, assim, sair de uma crise estrutural.

Esse modelo de produção japonês propôs uma nova maneira de organização industrial, mais favorável em relação ao fordismo/taylorismo, uma vez que necessitava de um trabalho mais qualificado, flexível a várias funções e participativo. Desse modo, o novo modelo de produção industrial necessitava de uma força de trabalho mais flexível, possibilitando que o trabalhador executasse diferentes tarefas durante a produção.

A partir disso, o modelo possibilitou às empresas um processo artesanal mais desconcentrado e tecnologicamente mais desenvolvido, em consonância com o grande avanço tecnológico do período (produto da Terceira Revolução Industrial), rompendo com a produção em série e possibilitando também uma descentralização das indústrias pelo globo (Harvey, 2008; Antunes, 2002; 2015).

Essa reestruturação produtiva e novo processo de acumulação do capital, no fim do século XX, evidencia e intensifica as relações econômicas entre os países no globo, sobretudo no que concerne ao papel de cada país frente à dinâmica da divisão internacional do trabalho (DIT), portanto essa reestruturação produtiva culmina na intensificação e relações entre países centrais e países periféricos.

A partir deste ponto, durante as décadas finais do século XX, a dinâmica da reestruturação produtiva, possibilitou um processo de desindustrialização, processo que afetou sobremaneira as indústrias de papel e celulose pelo globo. Dessa forma, países periféricos, dentro da cadeia produtiva global da qual o setor de papel e celulose faz parte, vieram a complementar as etapas mais onerosas como o plantio de eucalipto, etapa que demanda grandes

áreas de terra, recursos hídricos e força de trabalho em abundância. Por outro lado, etapas de maior valor agregado e menor ônus produtivo, vinculadas à indústria de papel, tiveram expansão nos países centrais (Perpetua; Kröger; Thomaz Junior, 2017; Oliveira; Silva; 2020).

Desse modo, nas últimas décadas, a expansão dessas atividades produtivas relacionadas ao segmento de celulose e ao capital agroflorestal, sobretudo no que tange à produção de fibra curta oriunda do eucalipto, tem se intensificado em países periféricos, principalmente em países da América Latina, como Brasil, Chile e Uruguai, vinculado à possibilidade de redução de custos, aumento da produtividade, disponibilidade de mão de obra barata e de recursos naturais, em especial de terra (Perpetua; Kröger; Thomaz Junior, 2017).

Em 2008, o setor de celulose movimentou, pelo globo, em média US\$ 136,1 bilhões, sendo US\$ 112,1 bilhões representados pelas pastas de celulose de madeira e US\$ 24 bilhões pelas pastas de celulose de outras origens. O mercado mundial obteve cerca de 1/4 da produção mundial em volume, com destaque para as importações da Europa, sobretudo Alemanha, e da Ásia, especialmente China. Já em relação às exportações, tem-se, nas Américas, a representação de países como Canadá, Brasil, EUA e Chile (Biazus; Hora; Leite, 2010).

De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2016), acerca da questão da produção de celulose, no território brasileiro, somente em 2015, foram produzidas 1,5 milhão de toneladas, acompanhando uma produção de cerca de 140 mil hectares de madeira. No caso dos países escandinavos e China, são necessários 720 mil e 300 mil hectares, respectivamente, para se produzir essa mesma quantidade de celulose.

Essa produção se deve ao rendimento da área plantada brasileira, que equivale a 39 m<sup>3</sup>/ha/ano, enquanto na China, país com o segundo maior rendimento por área plantada no cenário mundial, o rendimento é de 23 m<sup>3</sup>/ha/ano, o que representa um rendimento 41% menor em comparação com o Brasil. Nesse sentido, ainda segundo a FIEP (2016), o Brasil vem se consolidando como quarto maior produtor de celulose, além de manter o sétimo lugar na produção de papel e papelão.

De acordo com a IBÁ (2020), já em 2020, apesar da pandemia do Covid-19, a produção de celulose, no Brasil, continuou crescendo, configurando um setor que rapidamente se organizou para atender às demandas do novo formato de consumo das famílias. O país se manteve como segundo maior produtor mundial, atingindo 21 milhões de toneladas fabricadas.

Assim, toda essa demanda por celulose produzida no Brasil é direcionada a países do Hemisfério Norte ou países centrais (exceção à China), sendo concentrada pelos grandes produtores de papel. Os preços, por sua vez, são formados internacionalmente, influenciados

oferta e pela demanda globais, o que se refere tanto ao volume quanto à característica (fibra curta ou longa) (Biazus; Hora; Leite, 2010).

Essa dinâmica de desconcentração industrial no setor também vem ocorrendo dentro dos próprios países periféricos. No exemplo citado do Brasil, esse capital agroflorestal atrelado ao setor de celulose, antes concentrado nas regiões Sul e Sudeste, agora avança para outras regiões, a exemplo do Norte e Nordeste, evidenciando, assim, a grande mobilidade desse capital dentro dos espaços regionais (Perpetua; Kröger; Thomaz Junior, 2017; Harvey, 2005).

## **DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL E NO MARANHÃO**

No Brasil, o desenvolvimento do setor de papel e celulose está intrinsecamente vinculado à expansão da base florestal do eucalipto. Dentro desse contexto, apesar de o eucalipto inicialmente ser introduzido no país já no século XIX, é a partir do século XX que ele é de fato utilizado com o objetivo comercial pela então Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), localizada no estado de São Paulo, servindo como produção de dormentes e lenha (Queiroz; Barrichelo, 2008).

Rodrigues (2021) relata que, no final da primeira década do século XX, diante dos bons resultados dos primeiros experimentos feitos com as sementes de eucalipto, a CPEF adquiriu cerca de três mil hectares em Rio Claro, criando assim o Horto Florestal de Rio Claro. Através desse horto, foram realizadas as primeiras tentativas de melhoramento genético do eucalipto e iniciada a comercialização dessas sementes melhoradas pela metade do preço da importação.

Paralelo a esse contexto, em detrimento ao setor de papel e celulose, no ano de 1922, houve por parte do Estado, a isenção de direitos de importação para máquinas e acessórios destinados à instalação de fábricas de papel a partir da celulose obtida de matérias-primas nacionais e também para a produção de pasta de madeira. Assim, a partir desse período, houve a ação, por parte do Estado, para incentivar o desenvolvimento de indústrias de papel e celulose, que, posteriormente, utilizaram essa base florestal de eucalipto que estava crescendo no país. Contudo, as produções de celulose e papel a partir da fibra do eucalipto ainda eram irrelevantes, devido à falta de tecnologia correta para a fabricação de celulose a partir dessa espécie de árvore (Campos; Foelkel, 2016).

Na década de 1930, com barreiras expostas (isso decorrente da Grande Depressão, Segunda Guerra Mundial, Revolução de 30 etc), que culminaram em dificuldades no balanço de pagamentos e na elevação do preço da celulose, houve a necessidade do surgimento de um

segmento nacional produtor de pastas celulósicas, no país. Assim, a escassez de matéria-prima e a dependência da importação de celulose motivaram o governo brasileiro a introduzir incentivos para pesquisas em novas fontes de fibras para produção de celulose. Nesse sentido, em 1933, o Estado concede isenção de impostos de importação e taxas alfandegárias às máquinas, acessórios e todos os insumos necessários para empresas organizadas com a finalidade de produzir celulose (Campos; Foelkel, 2016).

Desse modo, já referente ao eucalipto, apesar de ser introduzido, no Brasil, no início do século XX, é somente a partir da metade do século XX que as indústrias de papel começam a utilizar sua fibra como principal matéria-prima para a produção de celulose. Dessa maneira, de início, no Brasil, o eucalipto era visto como árvore secundária, de pouco valor, utilizado como dormentes, postes, cercas, carvão vegetal etc. No entanto, a partir da década de 1950, o eucalipto toma o protagonismo como principal matéria-prima nas grandes indústrias de celulose do país, tendo a Suzano Papel e Celulose S/A como a primeira indústria do setor a produzir celulose 100% das fibras curta do eucalipto (Campos; Foelkel, 2016).

No Maranhão, a base florestal com o eucalipto se inseriu na década de 1980, vinculada ao Programa Grande Carajás (PGC), um investimento realizado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Esse programa foi o principal responsável pela criação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que conecta a cidade de Parauapebas, no estado do Pará, ao Porto do Itaqui, localizado em São Luís, a capital do Maranhão. O projeto da EFC viabilizou a instalação de indústrias especializadas na produção de ferro-gusa no município maranhense de Açailândia. Portanto, o eucalipto teve, inicialmente, como principal finalidade abastecer, com carvão vegetal, as guseiras que operavam no município de Açailândia (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

A partir de 1990, houve uma expansão das áreas plantadas de eucalipto, o que possibilitou à CVRD a tentativa de produzir pasta de celulose por meio da criação da Companhia de Celulose do Maranhão (Celmar) em 1992. Dessa forma, a Celmar originou-se como um produto dos processos de reestruturação e especialização produtiva promovidos anteriormente pela CVRD, e se vinculava ao discurso da empresa sobre desenvolvimento sustentável e dos benefícios (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

Todavia, apesar de fatores positivos à implementação da Celmar no Maranhão, devido à privatização da CVRD e supostas mudanças estratégicas, esse projeto foi cancelado em 2001. Dessa forma, com esse processo de desinvestimento e alienação da CVRD no setor de papel e celulose, o destino da floresta de eucalipto passa a ser a produção de carvão vegetal para abastecimento das usinas siderúrgicas, no município de Açailândia (Oliveira; Pereira; Araújo, 2021).

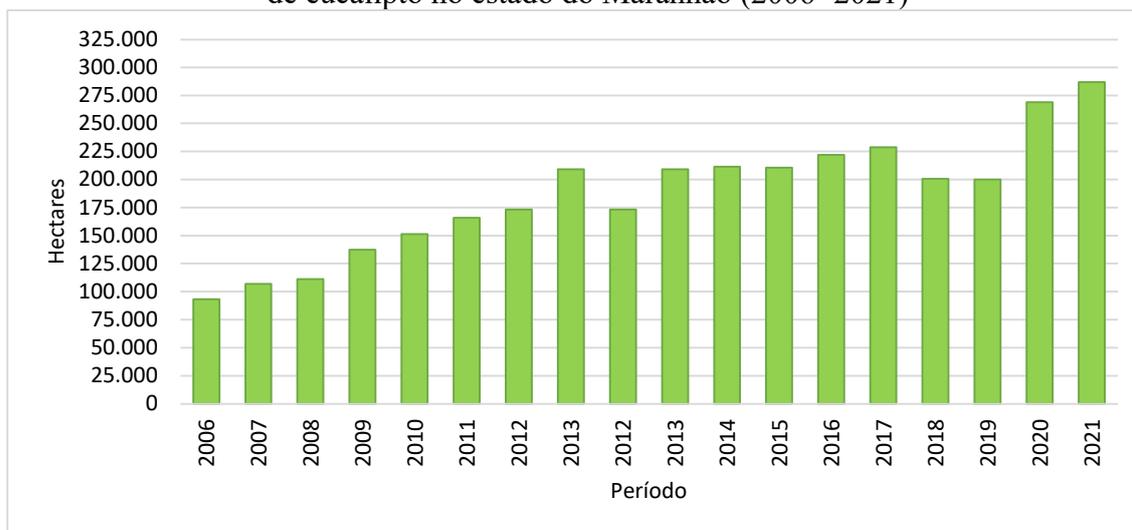


Em 2008, já com o processo de estabelecimento da empresa Suzano S/A em andamento, foi acordada a compra de 80 mil hectares de eucalipto com a Vale Florestar, na Região Metropolitana do Sudoeste do Maranhão. Além disso, houve, nesse mesmo período, a concretização de uma parceria entre a Vale e a Suzano, em que a Vale abasteceria a indústria Suzano com toras de eucalipto por 15 anos, a partir de 2014. Todavia, a Suzano S/A adquiriu todos os ativos da Vale Florestar em julho de 2014 (Marque; 2016).

Dentro desse cenário, a ação desses empreendimentos, tanto a Vale Florestar (especializada na aquisição de terras para a produção de ativos florestais) quanto a Suzano Papel e Celulose (que tem suas ações disponíveis no mercado financeiro), tem demonstrado a associação entre terra, capital financeiro e capital agroflorestal no Maranhão. Essas gigantes do setor florestal têm adquirido diversas áreas de terras no estado, impulsionadas por diversos mecanismos financeiros, como o financiamento oferecido por grandes instituições bancárias e a participação de grandes empresas com ações negociadas no mercado financeiro, facilitando a entrada de investidores de grande porte, sejam eles individuais ou institucionais (Oliveira; Paz; Salles, 2023).

O gráfico 1 representa essa expansão das áreas de eucalipto, impulsionada pelo avanço do capital agroflorestal, no estado do Maranhão. No período de 2006 a 2021, observa-se um incremento nas áreas alocadas ao cultivo de eucalipto, que se expandiram de 93.285 para 286.931 hectares, demonstrando um expressivo crescimento de 207,58%.

**Gráfico 1** - Série histórica das extensões de terras, medidas em hectares, dedicadas ao cultivo de eucalipto no estado do Maranhão (2006- 2021)

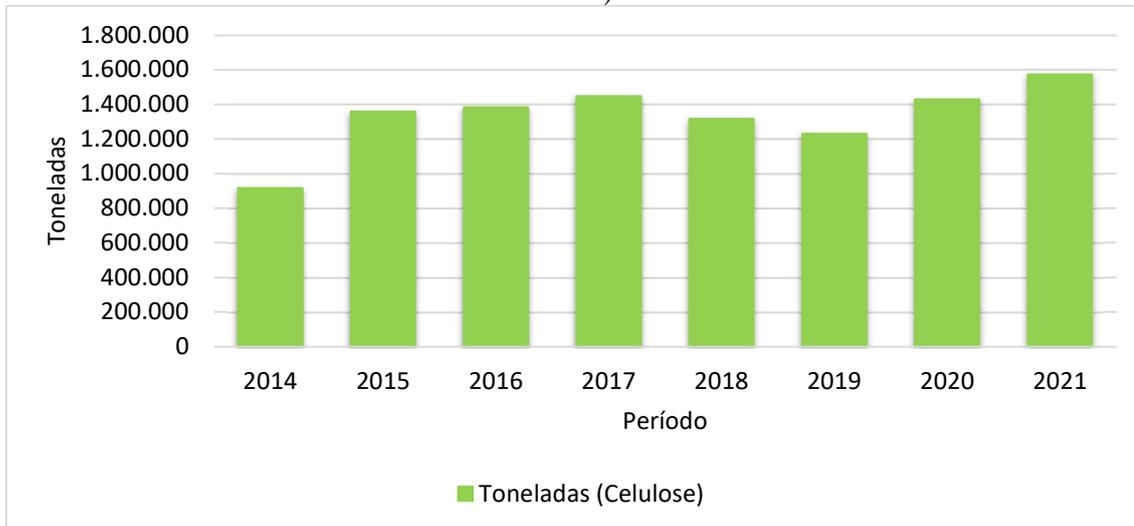


Fonte: IBÁ (2022), organizado pelo autor (2023).

Desse modo, observa-se que o crescimento de áreas de eucalipto, no Maranhão (Gráfico 2), ocorreu simultaneamente com o processo de implantação e desenvolvimento do setor de papel e celulose a partir da indústria da Suzano Papel e Celulose, em 2008. Dentro desse contexto de crescimento, alguns fatores foram essenciais para esse processo, como a infraestrutura rodoviária e ferroviária da região, o que favorece o escoamento tanto da matéria-prima com o eucalipto, quanto da pasta de celulose para o mercado externo. Além disso, o acesso e a aquisição à terra foram outro fator importante, visto que se encontrou eucalipto já plantado no estado, como também se tem, no processo de arrendamento, outra forma de produção e expansão dessa monocultura.

Seguindo esse processo de ocupação territorial das áreas de eucalipto no estado do Maranhão, tem-se a produção de celulose para exportação (Gráfico 2). Essa exportação é evidenciada pelo objetivo central do capital agroflorestal em exportar celulose, para geração de lucros e renda, tendo como principais mercados importadores dessa commodity o mercado norte-americano e europeu.

**Gráfico 2** - Série histórica de exportação de celulose, em toneladas, no Maranhão (2014-2021)



Fonte: MDIC (2022a), organizado pelo autor (2023).

Dessa maneira, observa-se no gráfico 2 que, de 2014 a 2022, houve um aumento substancial no quantitativo de exportação de celulose, no estado do Maranhão, crescendo de 915.718 para 1.730.100 toneladas. Desse modo, a produção de celulose é atualmente uma das atividades industriais mais importantes na economia do estado do Maranhão, sendo um importante segmento na pauta de exportações. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2022b), a exportação maranhense

de celulose, em 2021, alcançou a cifra de US\$ 584,5 milhões, o que corresponde a 13,36% do valor de todas as exportações do estado.

Nesse sentido, tendo em vista a expansão das áreas de eucalipto e sua produção de celulose para exportação, evidencia-se, dentro do estado do Maranhão, sobretudo em municípios produtores de eucalipto, uma intensa reestruturação territorial e produtiva. Essa reestruturação está fortemente alinhada com o capital financeiro, o qual Harvey (2013) afirma ser uma força central no capitalismo contemporâneo, moldando não apenas a economia e a política, mas também os territórios.

### **DINÂMICA DE EXPANSÃO DAS ÁREAS DE EUCALIPTO E TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE AÇAILÂNDIA**

O capital financeiro tem sido um dos principais elementos impulsionadores da reprodução do capital no campo. A partir disso, existem alguns mecanismos/instrumentos que permitem a integração entre o capital financeiro e o controle de terras. A intensificação da atuação dos bancos no financiamento produtivo, a promoção das bolsas de valores que possibilitam a concentração e acumulação de capital por meio de fusões e aquisições, e a entrada de investidores institucionais, como fundos de pensão, fundos mútuos, empresas de *private equity* e fundos *hedge*, são elementos característicos do atual capitalismo contemporâneo. Dessa forma, o capital financeiro desempenha um papel significativo na dinâmica econômica atual, afetando diversos aspectos da sociedade e da economia (Bicalho, 2022; Harvey, 2013).

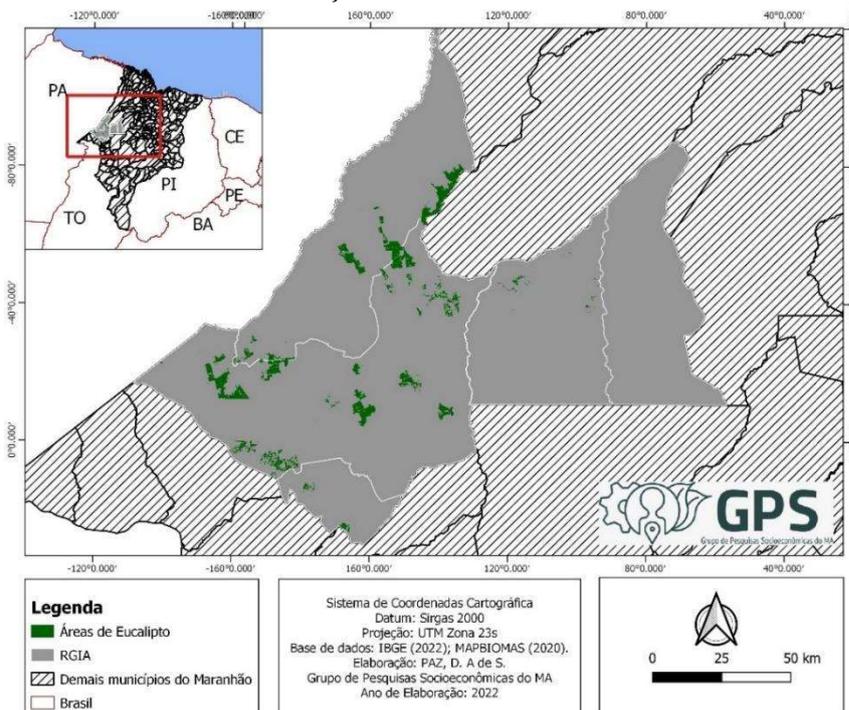
Nesse cenário, é notável o avanço do capital agroflorestal centrado no cultivo de eucalipto na REGIA, sendo esse crescimento impulsionado, nos últimos anos, pela influência do capital financeiro. Dessa perspectiva, o avanço da fronteira agrícola dedicada ao eucalipto na região é resultado das ações de empresas diretamente ligadas ao mercado financeiro, exemplificadas pela Vale, que operava através do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações. Este fundo, segundo Oliveira, Paz e Salles (2023), era gerido por investidores institucionais, incluindo a Caixa Econômica (Funcef), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobrás (Petros).

Posteriormente, com a introdução do Projeto Suzano P S/A em 2008 (que tem suas ações cotadas no mercado financeiro) em Imperatriz, Maranhão, uma parceria estratégica foi estabelecida com a Vale Florestar para adquirir madeira de uma vasta área de 80 mil hectares no Maranhão. Isso resultou em um notável aumento das áreas de cultivo de eucalipto no estado maranhense após a chegada da Suzano S/A em 2008. Em 2019, a extensão de terras destinada

a essa cultura já ultrapassava a marca de 225 mil hectares, indicando um crescimento considerável (Oliveira, 2019).

Desse modo, a monocultura do eucalipto vem se expandindo dentro da Região Imediata de Açailândia sendo caracterizada como uma fronteira pautada no crescimento econômico e prosperidade infinitas, baseada, assim, na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos, ou seja, o capital agroflorestal com a fronteira do eucalipto vem provocando dentro da RGIA uma intensa reestruturação produtiva (Oliveira, 2019; Becker, 1988). A figura 2 expõe a espacialização das áreas de eucalipto dentro da RGIA, no qual está presente em 4 municípios dos 5 que compõe a região, isto é, o eucalipto está presente nos municípios de Açailândia, Itinga do Maranhão, Bom Jesus das Selvas e São Francisco do Brejão, exceto o município de Buriticupu.

**Figura 2 -** Áreas com cultivo de eucalipto nos municípios da Região Geográfica Imediata de Açailândia em 2021



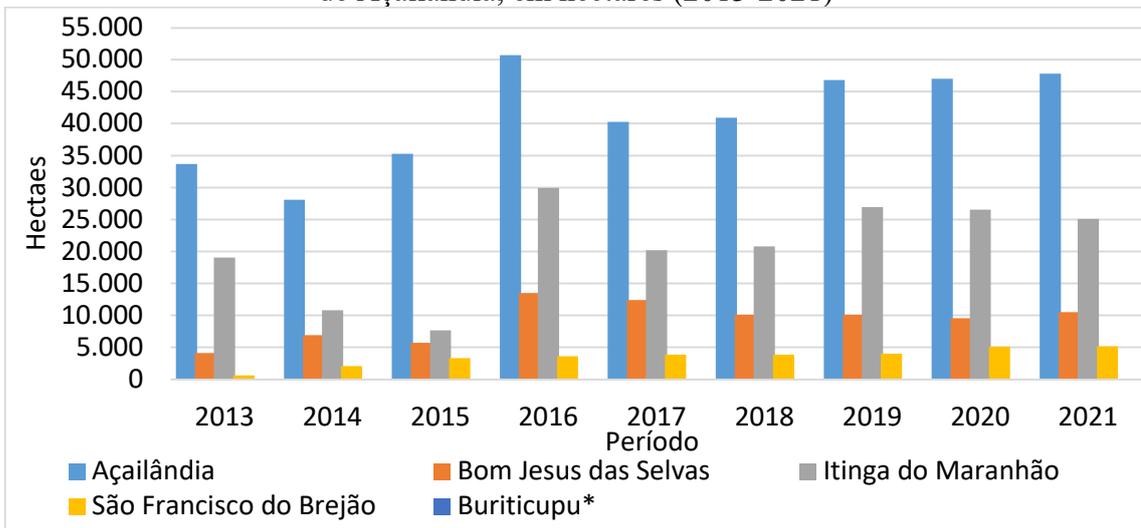
Fonte: Autores (2023).

O Gráfico 3 apresenta a série histórica do aumento das áreas de eucalipto nos municípios da RGIA durante o período de 2013 a 2021, medido em hectares. Conforme os dados, as áreas de eucalipto na região cresceram de 57.458 hectares em 2013 para 88.600 hectares em 2021, representando um aumento de 54,20%. É importante destacar o município de Bom Jesus das Selvas, que experimentou um aumento de 4.119 hectares em 2013 para 10.503 hectares em 2021, isto é, um aumento de aproximadamente 155% nas áreas de eucalipto no período.

Posteriormente, o município de São Francisco do Brejão também apresentou um notável avanço nas áreas de eucalipto, partindo de 622 hectares em 2013 para 5.189 hectares em 2021, registrando um crescimento de 734,24%.

No município de Açailândia, as áreas de eucalipto aumentaram de 33.682 para 47.815 hectares entre 2013 e 2021, correspondendo a um aumento de aproximadamente 42%. Isso representa cerca de 8% da área total do município em 2021. Em Itinga do Maranhão, no mesmo período, essas áreas de eucalipto cresceram de 19.035 hectares para 25.093 hectares, tendo um aumento de aproximadamente 32%. Isso também representa cerca de 8% da área total do município em 2021. Por outro lado, o município de Buriticupu não apresentou presença de áreas de eucalipto entre os anos de 2013 a 2021.

**Gráfico 3** – Expansão das áreas de eucalipto em municípios da Região Geográfica Imediata de Açailândia, em hectares (2013-2021)



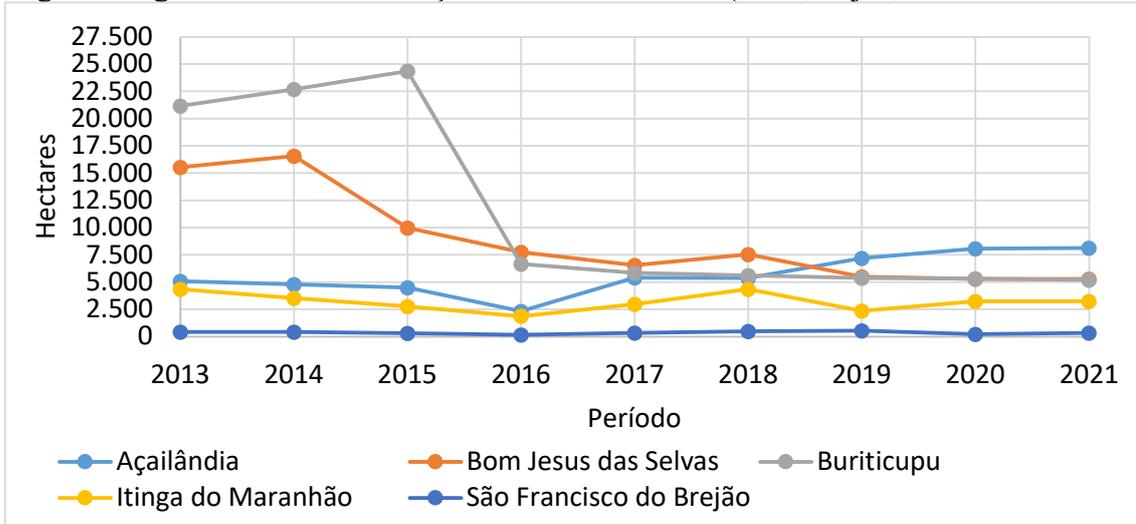
\*Não foram fornecidos dados sobre a produção de eucalipto  
Fonte: IBGE (2022). Organização: os autores (2022).

Em contrapartida ao avanço das áreas de eucalipto (Gráfico 4), observa-se a redução das áreas destinadas ao cultivo das principais culturas agrícolas nos municípios dessa região, incluindo arroz, feijão, milho e mandioca no período de 2013 a 2021. Do ponto de vista quantitativo, essa produção agrícola dentro da RGIA tem enfrentado uma redução significativa ao longo dos últimos anos. Durante o período analisado, observou-se uma notável diminuição, com uma redução de aproximadamente 52,33% das áreas em hectares destinadas às culturas tradicionais da região (arroz, feijão, milho e mandioca).

Dentro dessa dinâmica, merece destaque o município de Buriticupu, onde ocorreu uma notável redução de 21.153 hectares para 5.204 hectares entre 2013 e 2021, representando uma queda de 75,40% nessas áreas. No caso de Bom Jesus das Selvas, durante o mesmo período,

houve uma diminuição significativa, passando de 15.544 para 5.288 hectares, o que equivale a uma redução de cerca de 66% das áreas produtivas. Em relação a Itinga do Maranhão, também houve uma diminuição de 4.349 para 3.228 hectares nesse intervalo, indicando uma redução de 25,77%. Quanto a São Francisco do Brejão, a diminuição das áreas foi de 431 para 341 hectares durante esse período. Apenas em Açailândia, foi registrado um leve aumento das áreas produtivas entre 2013 e 2021, indo de 5.088 hectares para 8.135 hectares.

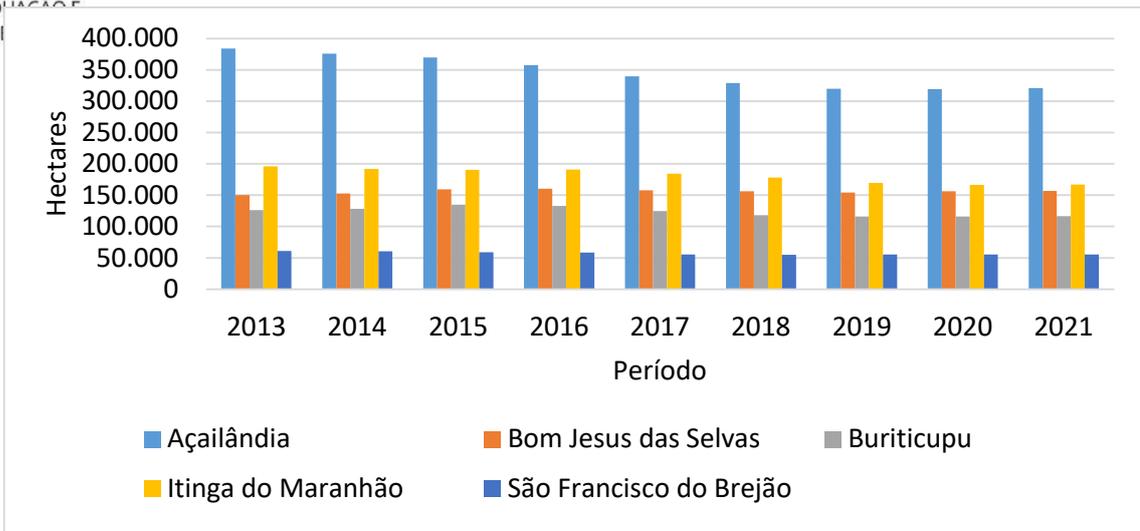
**Gráfico 4** – Áreas destinadas ao cultivo das principais atividades agrícolas, nos municípios da Região Geográfica Imediata de Açailândia, em hectares (arroz, feijão, mandioca e milho)



Fonte: IBGE (2022). Organização: os autores (2022).

As áreas destinadas à pastagem na RGIA constituem outro fenômeno importante a ser observado. Conforme apresentado no gráfico 5, durante o período de 2013 a 2021, houve uma redução significativa dessas áreas em toda a região, diminuindo de 917.240 para 816.533 hectares, representando uma queda de aproximadamente 10,97%. Esse fenômeno é notável, considerando que historicamente a atividade pecuária foi e ainda é predominante na região. Vale ressaltar o município de Açailândia, onde as áreas destinadas à pastagem diminuíram de 383.804 para 320.816 hectares no mesmo período, correspondendo a uma queda de 16,41%.

**Gráfico 5** – Áreas destinadas a pastagem, nos municípios da Região Geográfica Imediata de Açailândia, em hectares (2013-2021)



Fonte: Mapbiomas (2022). Organização: os autores (2022).

Dentro desse contexto, mesmo diante de diversos fatores que afetam a pequena produção agrícola na RGIA, como o êxodo rural, a carência de apoio por parte do Estado, a falta de acesso ao crédito agrícola, a redução da capacidade produtiva das famílias, a grilagem de terras e a especulação fundiária, é crucial compreender que a expansão da produção de eucalipto também contribui para a diminuição da produção de produtos tradicionais da região, como evidenciado nos gráficos 4 e 5. Nesse cenário, torna-se evidente que essa fronteira agroflorestal, impulsionada pelo capital agroflorestal e financeiro, resulta na aquisição desmedida de terras para promover a produção industrial e gerar lucro e renda, podem acarretar, conseqüentemente, impactos socioterritoriais significativos (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

Dessa maneira, a expansão das áreas de cultivo do eucalipto tem possibilitado a reprodução do capital no que se refere ao uso da terra. Isso tem desencadeado uma reorganização de atividades no meio rural, a qual, segundo Santos e Silveira (2001), segue uma lógica dominante que reorienta os sujeitos, os recursos, os objetos e as ações de acordo com sua própria ordem, causando desordem para os demais. Nesse sentido, conforme Oliveira (2019), à medida que a especialização produtiva do eucalipto e seu uso da terra se consolidam de forma hegemônica e dinâmica, outros usos da terra, frequentemente tradicionais, são desestruturados.

Essa reestruturação do capital agroflorestal sobre o uso da terra vem ocasionando o processo de especialização produtiva, que pode ser entendida como processo em que o território é utilizado de forma competitiva por um ator hegemônico econômico, ao impor sua lógica dominante através dos diversos usos. Considerando o capital agroflorestal e seu avanço na RGIA, considera-se que seu processo de especialização esteja, entre outros elementos geográficos, diretamente ligado ao uso e à apropriação de terras para o plantio da silvicultura (Harvey; 2013; Oliveira, 2019; Santos; Silveira, 2001).



A partir desse contexto, áreas que anteriormente eram destinadas a atividades tradicionais estão agora sendo gradualmente ocupadas pela produção de eucalipto. Essa expansão está impulsionando uma intensa reestruturação territorial e produtiva, à medida que atende às necessidades de matérias-primas da indústria de papel e celulose. À medida que essa transformação ocorre, podem ser identificados símbolos claros dessas novas dinâmicas territoriais, incluindo cercas, placas, construção de novas estradas, postos de controle e a presença de maquinaria pesada, entre outros, conforme evidenciado na figura 3.

**Figura 3** – Fazendas de eucalipto nos municípios da Região Geográfica Imediata de Açailândia.



Fonte: Autores (2023).

Nesse sentido, esse grande empreendimento florestal, com suas grandes áreas de eucalipto, inserido dentro de uma economia de fronteira que demanda um recurso ilimitado de terras (Becker, 1988), vem adotando estratégias de apropriação e incorporação de terras para sua base produtiva, em que, além da compra e parcerias, tem-se o arrendamento com uma de suas estratégias. Logo, é dentro dessa lógica de apropriação e uso do território pela empresa Suzano S/A que a monocultura de eucalipto, enquanto principal matéria-prima, vem avançando e territorializando outros espaços dentro do estado, sobretudo na RGIA.

Portanto, ao longo das últimas décadas, a RGIA ampliou sua relevância na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Esse aumento de importância foi principalmente impulsionado pela crescente influência do capital financeiro e pela reestruturação na produção. Dentro desse contexto, a empresa Vale, através da Vale Florestar, desempenhou um papel crucial, com diversos investidores envolvidos, incluindo fundos de pensão, empresas estatais, fundos patrimoniais e outros investidores do setor financeiro. No ano de 2009, uma parte substancial desses ativos foi negociada dentro do estado com a Suzano Papel e Celulose S/A, consolidando ainda mais a relevância da região no contexto econômico global.

Desse modo, nos últimos anos, foi constatada a influência direta do avanço do capital agroflorestal, impulsionado pelo capital financeiro, com participação direta do Estado, na territorialização do eucalipto na RGIA. Nesse contexto, essa territorialização, voltada para atender às necessidades do capital agroflorestal, tem provocado uma intensa reestruturação produtiva. Assim, em consonância a esse processo, têm ocorrido transformações significativas no uso da terra na região, sobretudo com a redução das áreas destinadas às produções tradicionais da região.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. da UnB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-89.

BLAZUS, A.; HORA, A. B.; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 311-370, set. 2010.

BICALHO, B. A terra como ativo financeiro: mecanismos, práticas e instrumentos. **Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 96-116, jan./jun. 2022.

CAMPOS, E. S.; FOELKEL, C. **A evolução tecnológica do setor de celulose e papel no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), 2016.

FIEP [Federação das Indústrias do Estado do Paraná]. **Panorama setorial: indústria de celulose, papel, embalagens e artefatos de papel**. Curitiba, 2016.



HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, Brasil, 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p

IBÁ [Indústria Brasileira de Árvores]. Relatório anual IBÁ. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.iba.org/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

IBÁ [Indústria Brasileira de Árvores]. Relatório anual IBÁ. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.iba.org/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 16 jun. 2022.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. **Produção extrativista e da silvicultura**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=3&unidade=21#/S/VS/A/Q>. Acesso em: 20 fev. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **levantamento sistemático da produção agrícola**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MAPBIOMAS. **Downloads**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>. 2022. Acesso em: 26 jan. de 2023.

MAPBIOMAS. **Plataforma Mapbiomas uso e cobertura**. 2022. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>. Acesso em: 26 jan. de 2023.

MARQUES, M. I. M. Territorialização da empresa Suzano no campo em São Paulo e no Maranhão. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 2, p. 213-227, 2016.

MARQUES, M. I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 120-147, 2015.

MDIC [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços]. **Exportação de Celulose**. Brasília, 2022a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MDIC [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços]. **Exportação de Celulose**. Brasília, 2022b. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 21 fev. 2023.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SALLES, J. S. J. Territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra na Região Tocantina do Maranhão, Brasil. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 18, n. 49, p. 140-164, abr. 2023.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SILVEIRA, K. C. Expansão da silvicultura do eucalipto e transformações no uso da terra em municípios do Oeste Maranhense. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 6, n. 19, p. 1-24, 2020.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; PEREIRA, A. M. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia maranhense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 219-231, fev. 2021.

OLIVEIRA, A. B.; PEREIRA, A. M.; ARAÚJO, J. A. V. Da fronteira agrícola aos territórios do agronegócio florestal: avanços da silvicultura de eucalipto sobre a agricultura familiar nos municípios de Imperatriz e Cidelândia, Maranhão, Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 89-115, dez. 2021.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, D. L. Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho. **NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 133-156, jan./abr. 2020.

PERPETUA, G. M.; KRÖGER, M.; THOMAZ JUNIOR, A. Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil. **NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 61-87, set./dez. 2017.

QUEIROZ, L. R. S.; BARRICHELO, L. E. G. **A celulose de eucalipto: uma oportunidade brasileira**. Vinhedo: Avis Brasilis, 2008.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015.

RODRIGUES, G. S. S. C. A expansão da eucaliptocultura no Brasil. In: RODRIGUES, G. S. S. C.; ROSS, J. L. S.; TEIXEIRA, G.; SANTIAGO, O. R. P. L.; FRANCO, C. **Eucalipto no Brasil: expansão geográfica e impactos ambientais**. Uberlândia: Composer, 2021. p. 10-45.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000.